

Barlavento (S. Vicente, sobretudo) teve poder, controlo e acesso a recursos durante os primeiros 25 anos da nossa Independência.



Regionalização: é preciso elevar a qualidade dos argumentos



É este poder e controlo de recursos que fez com que S. Vicente, apesar de não ser uma ilha agrícola, fosse, em 1977, contemplado no plano de emergência e de salvamento de gado. Fundamentava-se assim a distribuição dos recursos afetos ao plano de emergência

No debate que a pequena burguesia nos impôs, é preciso elevar a qualidade dos argumentos

do pró e do contra. Nem os defensores procuram, com a regionalização, a exclusão e a marginalização de que foi condenado o natural de Santiago na década de oitenta nem Santiago/Praia concentrou os investimentos públicos de 1975 para cá.

Na verdade, o Primeiro e o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento levaram a uma concentração de investimentos em S. Vicente sem paralelo na História deste País. Com efeito, a opção pela industrialização do País a partir de S. Vicente, ideia que, ainda hoje, defendo, exigia que assim fosse. Cabnave, Cabmar, Pescave, Moave, Fama, Social, Morabeza, Fabrica de Tabacos, Electra, Enapor, etc. etc. etc. são exemplos que, quando a seriedade impera, não nos permitem afirmar que, desde 1975, os recursos do Estado foram concentrados na Praia. Para o bem do debate, esta falsidade deve ser abandonada.

A consequência direta desta concentração de investimentos em S. Vicente é conhecida de todos. Foi preciso esperar pelo senhor José Maria Neves para ver a Ilha de Santiago minimamente infraestruturada. De entre as infraestruturas estão as barragens que, obviamente, são investimentos nacionais e não locais/regionais porquanto se inserem no quadro da estratégia nacional de segurança alimentar. Por esta razão, mandam, pois, a inteligência e a seriedade a não contabilização das barragens nas contas de investimentos regionais/locais, mas sim nas nacionais. Na embalagem desta campanha de infraestruturação da Ilha de Santiago, a Escola de Hotelaria e Turismo também ficou na Praia e não na ilha do Sal ou mesmo na Boavista. Decisão do bastidor? Provavelmente!



Outrossim, todos nós nos lembramos de vagas de diretores gerais, de diretores de serviços, de assessores e de conselheiros que ficavam às moscas à espera que surja alguém de Barlavento ou do Fogo para os ocupar ou ainda da exigência macabra do diploma da escola técnica para se aceder a um emprego de posição intermédia no Banco de Cabo Verde que também exercia a função comercial. Isto é, dito sem rodeios, Barlavento (S. Vicente, sobretudo) teve poder, controlo e acesso a recursos durante os primeiros 25 anos da nossa Independência.

É este poder e controlo de recursos que fez com que S. Vicente, apesar de não ser uma ilha agrícola, fosse, em 1977, contemplado no plano de emergência e de salvamento de gado. Fundamentava-se assim a distribuição dos recursos afetos ao plano de emergência: "...a distribuição por ilhas atenderá a certas características e necessidades...São consideradas ilhas de primeira necessidade as que dependem mais da agricultura (Santiago e Santo Antão). S. Vicente, embora não sendo uma Ilha agrícola, como centro comercial e populacional dos mais desenvolvidos em Cabo Verde constitui um caso especial." (Voz Di Povo nº118 de 5 de novembro de 1977, pág. 7). Este mesmo critério é usado para excluir os agricultores da Brava, do Maio e da Boavista do plano de emergência concebido para suavizar os efeitos da seca. "As outras ilhas, porque planas e pouco populosas são de prioridade afastadas" (idem).

Não é, pois, verdade que S. Vicente foi sempre preterida e prejudicada desde 1975. Esta verdade não pode ser deturpada na apresentação dos argumentos favoráveis à regionalização

sob pena de despertar o sentimento de que o que se pretende é uma apropriação do poder e dos recursos para a marginalização do natural de Santiago. Fantasma! Na verdade, hoje, vivemos num Cabo Verde completamente diferente e não há nenhuma possibilidade para exclusão programada com base no local de nascimento do cidadão. Já nos basta a segregação que, com mestria, o Governo de José Maria Neves exerceu durante os 15 anos no poder e que, hoje, os do MpD querem rivalizar. Isto é, basta-nos, de sobra, a democracia do dinôs e do ka dinôs.

Há ainda uma outra razão que justifica alguma cautela na apresentação do argumento “concentração de investimentos”. O Governo aposta seriamente na economia marítima. Esta aposta só é viável se houver uma concentração de investimentos públicos em S. Vicente. Estarão os opositores da concentração de investimentos na Praia dispostos a se oporem ao Governo quando isso acontecer? Ou teremos a honra do festival de indignação seletiva de que nos habituaram os militantes do MpD e do PAICV?

É, pois, evidente que os investimentos de carácter nacional (como o é o na economia marítima) acabam, porque somos um País arquipélago, por levar a concentração de investimentos numa ou noutra Ilha. Temos é que crescer e aprimorar a nossa capacidade de leitura e de análise para que, com seriedade, possamos fazer um adequado uso do contraditório sem fazer apelo a falsidades e a fantasmas de outros tempos.

Por António Carlos Gomes

30 JULHO, 2017 OPINIÃO